*Artigo

JURÍDICA OU POLÍTICA?

Nesses últimos anos vivenciamos sucessão de crises, abraçando na política, caminhando pelas instituições e hoje a econômica que vem sufocando a população, fazendo que haja uma ebulição em revolta, indignação e manifestações. Essa efervescência que sobressalta a sociedade deve influenciar o judiciário em suas decisões?

Para melhor entender, a legislação pátria traz a imposição da necessidade de fundamentação das decisões com base no seu livre convencimento, trazendo insegurança e decorrência subjetividade da apreciação das provas.

Enquanto a legislação anterior falava em "apreciar livremente a prova", o novo CPC estabelece incumbir ao juiz "apreciar a prova". O desaparecimento do termo "livremente" estabelece que a valoração da prova não pode ser feita pelo juiz de forma discricionária. Desta forma, ao proferir a decisão, incumbe ao Julgador, apresentar uma valoração discursiva da prova, justificando seu convencimento acerca da veracidade das alegações, e indicando os motivos pelos quais acolhe ou rejeita cada elemento do conjunto probatório.

Em outros termos, cabe ao Julgador, na valoração da prova, encontrar a verdade que tenha sido demonstrada no processo através dos elementos de prova a ele fornecidos. E como não pode haver duas verdades, cabe ao Julgador, através da valoração da prova, encontrar esta verdade para que se produza uma decisão correta para o caso concreto.

É através da prova que se permite, no processo, seja descoberta a verdade acerca dos fatos da causa. Não se pode aceitar a ideia de que existiriam duas verdades ou que no processo civil bastaria a verdade formal.

Neste conjunto as decisões judiciais tem o condão de trazer a pacificação social, na medida em que identifica a verdade e entrega o direito àquele que tem o direito. Notadamente, percebemos que não é isso está ocorrendo, pois as decisões têm sido aplicadas distorcendo a lei em face de pressões externas ao processo.

Durante as manifestações de 2015, ouvia-se dos Julgadores que 'a pressão das manifestações, não poderiam influenciar na aplicação da lei, pois as decisões devem pautar-se pela legalidade'. O que temos hoje? Alguns casos com maior repercussão:

1. Exclusão da cobrança do ICMS na TUSD da Energia: 04 anos onde o STJ manteve a decisão favorável a exclusão; Em março/2017 uma das turmas manifesta favorável a cobrança, com pífio argumento de prejuízo aos cofres do Estado;

2. Funrural: Em 2011 o STF entendeu pela inconstitucionalidade dos dispositivos base para cobrança, mas recentemente, utilizou os mesmo dispositivos inconstitucionais para decidir pela procedência da cobrança;

3. Soltura de José Dirceu, qual mostra divergências com o entendimento predominante até então;

Necessário ter em mente que o Julgador não é um ser a parte na criação, mas um indivíduo igual a qualquer outro, que reage em qualquer situação da vida, tendo como pano de fundo todo conjunto de formação familiar, cultural, educação e valores ético moral, no entanto dentro de um processo não há espaço para valorações pessoais, somente análise técnica com base nas provas que lhe apresenta, fora disto, adentrará em um grau de subjetividade que poderá valorar um prova diferentemente de outra distanciando e aplicando a lei conforme seus valores.

Vivemos um momento em que a desconfiança e descrença generaliza, quanto aos poderes que nos representa, e como não tê-lo ao ver que as decisões estão distantes da lavra técnica e de braços dado a pressões externas, sejam políticas, para atenuar dificuldade econômica existente ou beneficiar alguém importante, sejam para acabar com alguma modalidade de demanda recorrente. Especialmente, quando os Julgadores são indicados pelos que se beneficiam das decisões questionáveis.

Wilker Christi Corrêa Advogado

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Tangará da Serra seleciona estagiários de Direito

A juíza diretora do Foro da Comarca de Tangará da Serra, Leilamar Aparecida Rodrigues, tornou público o processo seletivo para recrutamento de estagiários de nível superior na área de Direito.As inscrições são totalmente gratuitas e podem ser efetuadas até o dia 19 de maio, exclusivamente, na Central de Administração do Fórum, das 13h às 18h.A prova será aplicada no dia 02 de julho, entre às 9h00 e 12h00. O local será divulgado em edital complementar que será publicado posteriormente. A avaliação terá questões de português, noções de informática e noções de Direito subdivididas entre as áreas do direito constitucional, civil, processual civil, penal e processual penal).Para informações adicionais sobre o certame o telefone de contato da Comarca de Tangará da Serra é o (65) 3339-2700.

Fethab

As 141 prefeituras de Mato Grosso receberam mais de meio bilhão de reais em recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) destinados pelo governo do estado. Os valores devem ser utilizados pelos prefeitos para manutenção de rodovias não pavimentadas (de chão) que cortam os municípios.

Montante

De acordo com balanço divulgado nesta quarta-feira, 10, pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), foram repassados exatos R$ 509.662.923,12 para as prefeituras, de janeiro de 2015 até agora. Na tabela disponibilizada no portal www.sinfra.mt.gov.br, o cidadão consegue conferir quanto cada prefeitura recebeu.

Como funciona

A cada quatro meses, os municípios têm obrigação de fazer a devida prestação de contas da utilização dos recursos do Fethab. O documento deve ser encaminhado para a Sinfra e para a Comissão de Infraestrutura da Assembleia Legislativa (ALMT). Os municípios que não prestarem conta poderão deixar de receber o repasse do recurso.

Pantanal

Um mapeamento divulgado pelo Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal mostra que 15% do território do Pantanal é ocupado atualmente por pastagem. Os dados mostram também que pouco mais de 84% da área do Pantanal está preservada. A apresentação ocorreu em um seminário realizado na Assembleia Legislativa.

*Bastidores da Política

RGA

Os salários dos servidores em atividade no Executivo serão creditados nas respectivas contas nesta quarta-feira, 10. A folha líquida do mês de abril totaliza R$ 426,99 milhões e o Governo do Estado incluiu 2,68% referentes à parcela da Revisão Geral Anual (RGA), incorporados para todo o pessoal da ativa, aposentados e pensionistas.

Folha de Pagamento

Do total da folha líquida de abril, R$ 173,316 milhões são destinados ao pessoal da ativa. Já aos aposentados e pensionistas o governo pagou R$ 140,83 milhões na sexta-feira, 05, cumprindo a determinação do Conselho de Previdência do Estado de Mato Grosso, para que o pagamento dos inativos seja efetuado no 5º dia de cada mês.

É lei

Outros R$ 8,768 milhões também foram pagos aos servidores de empresas públicas e autarquias, que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estipula o pagamento no quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado. O pagamento no dia 10 segue o calendário estabelecido pelo governo com base na Constituição Estadual.

AL e TCE

O valor da folha líquida de abril também inclui R$ 7,089 milhões referentes à parte dos aposentados da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conforme prevê o acordo de escalonamento de transferência firmado para que os pagamentos dos inativos passem a ser feitos pelos respectivos órgãos.

Revisão

Os 2,68% de RGA incorporados no salário do mês de abril correspondem à terceira parcela do índice de 11,28% da RGA referente ao ano de 2015. A incorporação foi estabelecida, por lei, em cinco parcelas. Até o momento, o governo já incorporou 7,36%, restando 3,92% a serem pagos em mais duas parcelas, previstas para junho e setembro de 2017.

Taques Favorito?

O secretário de Assuntos Estratégicos do município de Várzea Grande, Jaime Campos (DEM), afirmou que o governador Pedro Taques (PSDB) é favorito à reeleição, nas eleições de 2018. Para ele, a provável candidatura de Taques será forte e, mesmo com as dificuldades enfrentadas em sua gestão, ele não pode ser subestimado.

Popularidade

Ainda na avaliação do secretário, é natural que o tucano não agrade a 100% da população. "Deus que desceu na Terra não conseguiu agradar todo mundo. Mas, o que tenho percebido, é que ele tem feito um esforço sobrenatural para atender as demandas que existem em Mato Grosso", disse Jaime.

Enquanto isso...

O governador Pedro Taques (PSDB) cobrou o ministro Maurício Quintella Lessa, dos Transporte, que a Ferronorte seja obrigada a passar por Cuiabá para seguir ao Norte do Estado. Na reunião realizada na manhã de quarta-feira, 10, em Brasília, o tucano afirmou que só defenderá a ferrovia se o traçado incluir a Capital.

Delação de Silval é "tsunami" com poder para impactar eleições

Jayme Campos afirma que tem acompanhado pela imprensa frisson sobre a delação de Silval. Para ele, muitas pessoas estarão envolvidas e o capital político delas estará abalado, isso se tais pessoas não estiverem presas.

"É um tsunami que vem por aí. Quem vai ser pego eu não sei e não me interessa. Eu sei de uma coisa: Jaime Campos não está nesse tsunami", afirmou o democrata. "Nós não sabemos como será essa delação. Todavia, o que comentam a boca pequena nos bastidores, sobretudo a própria imprensa, é de que a delação e muito pesada. Cabe à Justiça e ao Ministério Público tomar as devidas providencias", completou.

Para o ex-senador, no entanto, tem ocorrido uma antecipação de culpa em vários casos. Para ele, as informações têm chegado aos jornalistas antes da finalização das investigações e isso tem causado prejuízo a imagem de pessoas inocentes.